

Brasil: Governo nomeia polícia militar envolvido no massacre do Carandiru

11 de Agosto, 2016 - 18:05h

O Ministro das Relações Exteriores, José Serra, nomeou como assessor especial do ministério Hideo Augusto Dendini, um dos réus do chamado ?Massacre do Carandiru? que, em outubro de 1992, vitimou 111 prisioneiros deste centro de detenção.

O cargo para o qual Dendini foi nomeado no passado dia 4 de agosto, de nível DAS 5, requer alta confiança e descrição.

Em 1992, o atual assessor especial do ministro José Serra era 1º tenente da polícia militar. Dendini foi um dos 73 policiais envolvidos no massacre do Carandiru e um dos acusados por lesão grave, ainda que posteriormente absolvido. O crime de que foi acusado refere-se ao momento final em que os detidos já se tinham rendido e, ainda assim, foram violentamente espancados.

Em maio de 2004, durante o governo de Geraldo Alckmin, Dendini foi promovido para capitão da polícia militar (PM) do Estado de São Paulo, já comandada pelo atual governador Geraldo Alckmin (PSDB).

No mandato de Serra como senador desde 2014, o agora assessor especial ocupava o cargo de assistente parlamentar sénior.

Além do ex polícia militar, também foi nomeado, como assessor, um dos investigados pela Operação Satiagraha, Luiz Paulo Alves Arcanjo.

O massacre do Carandiru

No dia 2 de outubro de 1992, a polícia militar de São Paulo, liderada pelo coronel Ubiratan Guimarães, invadiu o Pavilhão 9 do Complexo do Carandiru, onde se encontravam, essencialmente, réus primários, com muitos jovens condenados por crime contra o património. Além da Polícia Militar, participaram na operação o Comando de Operações Especiais (COE), o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), as Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA) e tropas de choque.

Alegando querer, desta forma, pôr termo a uma rebelião entre os presos, e munidas de metralhadoras e pistolas automáticas, as autoridades acabaram por matar 111 pessoas, das quais 89 ainda estavam a aguardar uma sentença definitiva, 51 não tinham completado 25 anos e só 9 tinham sido condenados a uma pena superior a 20 anos.

Inúmeros grupos de direitos humanos defenderam que houve intenção de exterminar os presos, alegando, inclusive, que os presos decidiram pôr fim à rebelião e que muitos entregaram as armas. Já polícia militar alega que as armas foram atiradas pelas janelas contra os seus agentes. Nenhum agente foi morto nesta tragédia.

Muitos dos corpos dos prisioneiros foram encontrados com as mãos sobre as cabeças, em sinal de rendição, e até algemados.


Na época do massacre, a Casa de Detenção tinha capacidade para 3 mil presos, albergando o dobro.

Passados 21 anos após a tragédia, deu-se início ao julgamento dos policiais militares. O julgamento foi dividido em quatro etapas, que tiveram lugar em meados de 2013 e no início de 2014. No total, foram condenados 73 polícias pela morte de 77 presos, contudo, todos eles recorreram da sentença.

Em 2001, o Coronel Ubiratan Guimarães, foi condenado a 632 anos de prisão. Recorrendo da sentença mediante a alegação de que, ao ter sido entretanto eleito deputado estadual, não poderia ser condenado por júri popular, Ubiratan viu a pena anulada e não foi marcado novo julgamento.

Artigos relacionados:

[Massacre do Carandiru: Polícias condenados a 156 anos de prisão](#) [1]

 [Carandiru- Filme completo- Filmes Online br](#) [2]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/brasil-governo-nomeia-policia-militar-envolvido-no-massacre-do-carandiru/44033?page=0>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/artigo/massacre-de-carandiru-pol%C3%ADcias-condenados-156-anos-de-pris%C3%A3o/27562>

[2] <http://www.youtube.com/watch?v=Jo2k2Vi9mxE>